

TERRITÓRIO E O *MODUS OPERANDI* DA GOVERNANÇA NAS TERRAS, FLORESTAS E ÁGUAS DE TRABALHO NA COMUNIDADE SÃO FRANCISCO, CAREIRO DA VÁRZEA (AM)

Marília Gabriela Gondim Rezende¹

Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Manaus, Amazonas
E-mail: mariliageoufam@gmail.com

Therezinha de Jesus Pinto Fraxe²

Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Manaus, Amazonas
E-mail: tecafraxe@uol.com.br

Antonio Carlos Witkoski³

Universidade Federal do Amazonas – UFAM
Manaus, Amazonas
E-mail: acwitkoski@uol.com.br

Resumo

A temática territorial vem sendo amplamente discutida na Geografia, devido aos múltiplos interesses que permeiam a temática. A gestão do território emerge, nesse sentido, como um importante arquétipo a ser analisado, pelas relações de poder que engendram a partir do trabalho na várzea amazônica. Nesse sentido, este artigo analisou a dinâmica territorial e o *modus operandi* da gestão na Comunidade São Francisco, localizada no município Careiro da Várzea, no estado do Amazonas. Para atingir o objetivo, foram utilizados diversos instrumentos metodológicos como formulários, entrevistas abertas, oficinas participativas, e a Matriz de Cultivos. Pode-se inferir que a comunidade estudada passou por inúmeras modificações sociais, o que acabou ocasionando transformações de cunho territorial, com destaque para a redução do número de algumas espécies existentes nas terras, florestas e águas da Ilha do Careiro. Os camponeses produzem inúmeras estratégias de conservação, com vistas a aumentar as espécies existentes em menor número, com destaque para estratégias regulatórias promovidas por uma gestão territorial específica.

Palavras-chave: território; gestão; governança.

TERRITORY AND MODUS OPERANDI OF GOVERNANCE ON LAND, FOREST AND WORKING WATER IN THE COMMUNITY SÃO FRANCISCO, CAREIRO DA VÁRZEA (AM)

Abstract:

The territorial theme has been widely discussed in Geography, due to the multiple interests that permeate the theme. The management of the territory emerges, in this sense, as an important archetype to be analyzed, due to the power relations that they generate from work in the Amazonian floodplain. In this sense, this article analyzed the territorial dynamics and the *modus operandi* of management in the São Francisco Community, located in the municipality Careiro da

¹ Doutora em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia. Professora da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA/UFAM).

² Doutora em Sociologia. Professora da Faculdade de Ciências Agrárias (FCA/UFAM).

³ Doutor em Sociologia. Professor do Departamento de Ciências Sociais (DCIS/UFAM).

Várzea, in the state of Amazonas. To achieve the objective, several methodological instruments were used, such as forms, open interviews, participatory workshops, and the Cultivation Matrix. It can be inferred that the studied community underwent numerous social changes, which ended up causing transformations of a territorial nature, with emphasis on the reduction of the number of some species existing in the lands, forests and waters of Ilha do Careiro. Peasants produce countless conservation strategies, with a view to increasing the existing species in smaller numbers, with emphasis on regulatory stratagems promoted by a specific territorial management.

Keywords: territory; management; governance.

TERRITÓRIO Y MODO OPERATIVO DE GOBERNANZA EN TIERRAS, BOSQUES Y AGUA DE TRABAJO EN LA COMUNIDAD SÃO FRANCISCO, CAREIRO DA VÁRZEA (AM)

Resumen

El tema territorial ha sido ampliamente discutido en Geografía, debido a los múltiples intereses que lo impregnan. La gestión del territorio emerge, en este sentido, como un arquetipo importante a analizar, debido a las relaciones de poder que generan a partir del trabajo en la llanura aluvial amazónica. En este sentido, este artículo analizó la dinámica territorial y el modus operandi de la gestión en la Comunidad de São Francisco, ubicada en el municipio Careiro da Várzea, en el estado de Amazonas. Para lograr el objetivo, se utilizaron varios instrumentos metodológicos, como formularios, entrevistas abiertas, talleres participativos y la Matriz de Cultivo. Se puede inferir que la comunidad estudiada experimentó numerosos cambios sociales, que terminaron causando transformaciones de carácter territorial, con énfasis en la reducción del número de algunas especies existentes en las tierras, bosques y aguas de Ilha do Careiro. Campesinos produce innumerables estrategias de conservación, con miras a aumentar las especies existentes en menores cantidades, con énfasis en las estrategias regulatorias promovidas por un manejo territorial específico.

Palabras-clave: territorio; gestión; gobernanza.

Introdução

Este artigo apresentará os aspectos da gestão territorial nas terras, florestas e águas de trabalho. Nesse sentido, este trabalho será alicerçado a partir da materialização da governança a partir da configuração da rede de articulação política referente ao extrativismo vegetal e animal, à agricultura, entre outras atividades. A constituição dessa teia de poder revelará a governança ambiental da área de estudo, por meio da representação da rede dos sujeitos sociais envolvidos, evidenciando as imbricações políticas e os desdobramentos resultantes dessa imbricação.

Os instrumentos que foram utilizados para atingir o objetivo deste artigo partiram de uma variedade metodológica, assim sendo, foram realizados levantamentos de dados secundários, aplicação de formulários, entrevistas abertas, e construída a Matriz dos Cultivos. A elaboração dessa matriz seguiu algumas etapas, primeiramente foi apresentado o objetivo

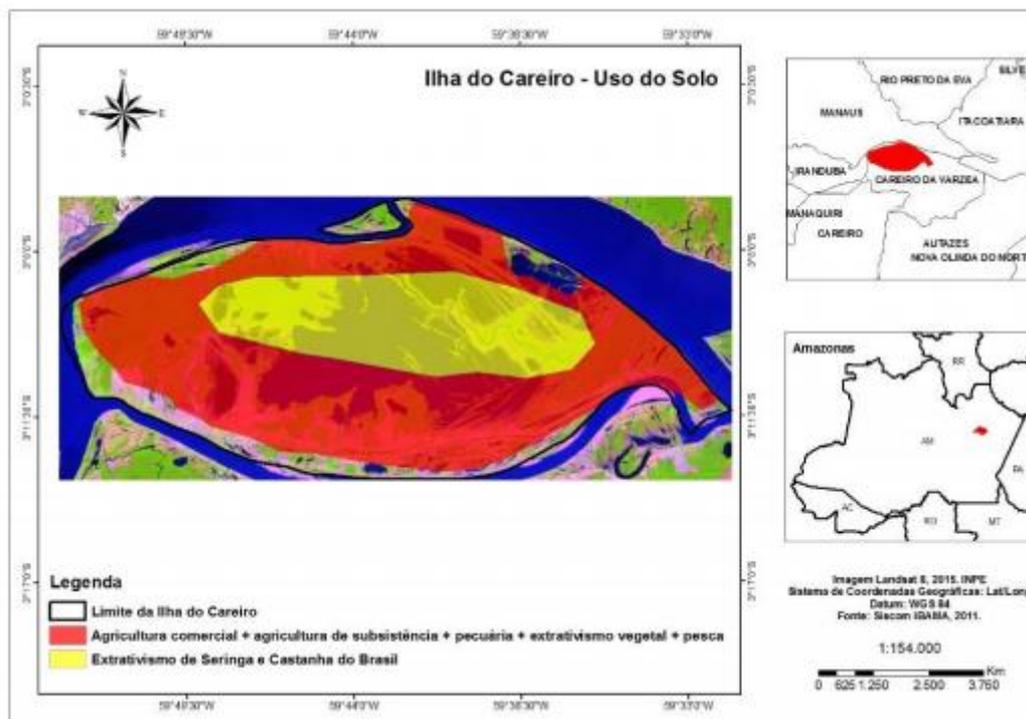
do instrumento, em seguida, foram expostos três murais, que visavam, individualmente, a sistematização dos dados da agricultura, da pesca, e do extrativismo vegetal.

Cada mural foi dividido em três partes, a primeira referia-se aos cultivos que existem em abundância, a segunda aos que existem em menor número, e a terceira correspondia aos cultivos em extinção. Esse instrumento foi uma proposição metodológica da pesquisa realizada que buscou desvelar a imbricação existente entre as atividades desenvolvidas nas terras, florestas e águas de trabalho, e suas inflexões a partir das diversas fraturas de tempo. Após o preenchimento dos três murais foi realizada uma discussão dos elementos que foram representados, visando o aprofundamento das questões identificadas pelas famílias camponesas. No total, foram entrevistadas 18 famílias da comunidade, os dados foram sistematizados no Programa Excel e Autocad. Essas ferramentas metodológicas, em engendramento, fundamentaram a compreensão da gestão territorial da área de estudo, identificando as fragilidades e as potencialidades que a permeiam.

A área de estudo, Ilha do Careiro, está localizada no estado do Amazonas, mais precisamente no município Careiro da Várzea (Figura 1), situado ao norte da cidade de Manaus. Os camponeses, habitantes da Ilha, desenvolvem múltiplas atividades econômicas, com destaque para a agricultura, pesca, pecuária e extrativismo vegetal. A multiplicidade de fontes de renda e de estratégias de reprodução social fazem da área de estudo um território amplo para a discussão analítica do trabalho na várzea amazônica⁴, pois condensa estratégias de conservação e sistemas de engenharia que envolvem saberes geracionais, oriundos da interação com o ambiente.

⁴ Várzea é um ecossistema que se caracteriza pelo regime fluvial de cheia e seca, que ocorre em algumas regiões da Amazônia.

Figura 1: Mapa da Ilha do Careiro (AM)



Fonte: IBAMA, 2011

Desta forma, a compreensão da natureza da genealogia do poder proporcionou o entendimento sistêmico da gestão territorial e da governança ambiental nas comunidades analisadas. Partindo deste contexto, o trabalho nas terras, florestas e águas da Ilha do Careiro são construídos e constroem uma teia de poder, advinda da organização do trabalho nas sociedades que habitam as várzeas da área de estudo. Há uma genealogia do poder, constituída a partir de micropoderes existentes na comunidade, que não parte de um apriorismo estatal, mas de formas específicas de gestão do território. Os resultados que são apontados neste artigo preencherão as lacunas teóricas acerca da temática da governança ambiental sem o estabelecimento, *a priori*, da centralidade do Estado na rede de articulação política. Serão apresentados os elementos sociopolíticos da comunidade, as relações de poder, e a configuração da genealogia, em suas múltiplas facetas.

Território, cotidiano e gestão nas terras, florestas e águas de trabalho

Para compreender a materialização da gestão territorial deve-se, inicialmente, revelar a expressão do poder e seus desdobramentos. Os camponeses possuem um sentimento acerca dos elementos paisagísticos que o rodeiam, principalmente com o rio, que é meio de transporte, área de lazer, fonte de alimento e, sobretudo, fonte de vida. Tuan (2012) denomina essa relação como sendo de natureza topofílica, materializada pela cosmologia, ou seja, pela visão de mundo, sob a qual os sujeitos sociais estão inseridos, que fundamenta o território.

A maneira como os sujeitos sociais percebem o território está relacionada ao modo como os ideais ambientais são planejados e executados socialmente. Os valores, os princípios da ética ambiental, e os processos de tomada de decisão estão vigorosamente relacionados aos aspectos subjetivos, que são objetivados via gestão territorial. Desta forma, a natureza da gestão do território é fruto da percepção ambiental dos sujeitos, que está engendrada no cotidiano. Carlos (2007) afirma que a categoria cotidiano deriva dos valores instituídos, dos comportamentos expressos, e das transformações que ocorrem no processo produtivo.

O cotidiano imbrica-se com a forma pela qual os sujeitos produzem o território, atribuem significado e geram novos processos de significação. Na Comunidade São Francisco, os fundamentos geracionais, derivados dos significados existentes, têm gerado a manutenção de técnicas específicas de produção agrícola e de reprodução ecossistêmica, com destaque para o cultivo de uma variedade de espécies no sistema ambiental da comunidade, em detrimento da opção pela monocultura. É característica desta comunidade a variedade das espécies agrícolas, porém há espécies que existem em abundância, outras que existem em menor número, e espécies que desapareceram com o tempo.

As espécies mais abundantes (Quadro 1) são a cebolinha (*Allium schoenoprasum*), a chicória (*Cichorium endívia*), o quiabo (*Abelmoschus esculentus*), o jerimum (*Cucurbita spp*), e a mandioca (*Manihot esculenta*). São espécies cultivadas em grande escala, fazem parte da alimentação dos camponeses, e possuem vasto espaço para a comercialização. Entretanto, outras espécies também possuem importância significativa, e são utilizadas em diferentes momentos pelas famílias camponesas.

Quadro 1: Espécies apontadas como existentes na Comunidade São Francisco

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
Quiabo	<i>Abelmoschus esculentus</i>
Chicória	<i>Cichorium endívia</i>
Cebolinha	<i>Allium schoenoprasum</i>
Tomate	<i>Solanum lycopersicum</i>
Couve	<i>Brassica oleracea</i>
Alface	<i>Lactuca sativa</i>
Manjericão	<i>Ocimum basilicum</i>
Jerimum	<i>Cucurbita spp</i>
Milho	<i>Zea mays</i>
Mandioca	<i>Manihot esculenta</i>
Alfavaca	<i>Ocimum basilicum</i>
Algodão-roxo	<i>Gossypium hirsutum</i>
Capiim santo	<i>Cymbopogon citratus</i>
Maxixe	<i>Cucumis anguria</i>
Bananeira	<i>Musa</i>
Pião branco	<i>Jatropha curcas</i>
Pião roxo	<i>Jatropha gossypifolia</i>
Goiabeira	<i>Psidium guajava</i>
Melancia	<i>Citrullus lanatus</i>
Manga	<i>Mangifera indica</i>
Jenipapeiro	<i>Genipa americana</i>
Cacau	<i>Theobroma cacao</i>
Coqueiro	<i>Cocos nucifera</i>
Cuieira	<i>Crescentia cujete</i>
Ingá-açu	<i>Inga edulis</i>
Bacurizeiro	<i>Platonia insignis</i>
Cajueiro	<i>Anacardium occidentale</i>
Cajazeira	<i>Spondias mombin</i>
Pepino	<i>Cucumis sativus</i>
Maracujá	<i>Passiflora edulis</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Org.: Autores, 2017

Os camponeses, em sua gestão territorial, elaboram cultivos diversificados para evitar o desgaste do solo tornando-o mais fértil, daí a importância da variedade de espécies listadas. A mandioca, carboidrato dos camponeses e espécie mais citada pelos sujeitos da pesquisa, faz parte da cultura local, pois é o substrato principal para a produção da farinha, elemento primordial da alimentação na Comunidade São Francisco. O conceito de alimentação está ligado aos sentidos, aos símbolos e às práticas histórico-culturais das

sociedades (CARVALHO et al, 2009), nesse sentido, o termo alimentação não é apresentado como vazio de sentido, mas como elemento carregado de aspectos simbólicos.

Foucault (2000) aponta que o ato de alimentar-se parte da congruência entre os aspectos simbólicos e culturais, de modo que a alimentação resulta de questões culturais e simbólicas, bem como de questões materiais, pois a reprodução social do sujeito perpassa, em primeiro lugar, pela sua reprodução material, sendo a primeira necessidade de existência do ser humano. Pode-se observar, nesse sentido, que a cultura é reproduzida geracionalmente em todas as sociedades, e, na Comunidade São Francisco esse fato não é diferente, os camponeses produzem a mandioca para a posterior produção da farinha, e esse ciclo têm relação direta com a produção do território. A diversificação dos cultivos significa tanto a manutenção da qualidade do solo como uma produção cultural, por isso a ampla variedade de espécies cultivadas existentes. Porém, há espécies que antes existiam em abundância na comunidade, mas atualmente existem em menor número (Quadro 2).

Quadro 2: Espécies apontadas como existentes em menor número

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
Feijão de praia	<i>Canavalia rosea</i>
Repolho	<i>Brassica oleracea var. sabellica</i>
Mamão	<i>Carica papaya</i>
Espinafre	<i>Spinacia oleracea</i>
Jambo	<i>Syzygium jambos</i>
Cana-de-açúcar branca	<i>Saccharum officinarum</i>
Cebola de cabeça	<i>Allium cepa</i>
Fruta-pão	<i>Artocarpus altilis</i>
Limão comum	<i>Citrus × aurantiifolia</i>
Goiaba-araçá	<i>Psidium guajava</i>
Milho para pipoca	<i>Zea mays everta</i>
Batata-doce	<i>Ipomoea batatas</i>
Cará	<i>Dioscorea alata</i>
Cacau-jacaré	<i>Theobroma Mariae</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Org.: Autores, 2017

Dentre as espécies que eram cultivadas em maior escala, destacam-se o feijão de praia (*Canavalia rosea*), o repolho (*Brassica oleracea var. sabellica*), a cebola de cabeça (*llium cepa*), e o milho para pipoca (*Zea mays everta*). São espécies que estão sendo adquiridas via mercado, pois os camponeses têm priorizado outros tipos de cultivos. A proximidade com a cidade de Manaus tem facilitado o processo de aquisição de produtos, porém, não tem afetado significativamente a produção agrícola camponesa. Fato que corrobora a assertiva de que o

contato com a “modernidade” não efetiva o desaparecimento das práticas geracionais, mas produz transformações.

Nesse sentido, não há um antagonismo entre tradição e modernidade, mas uma contradição que afirma ambos os conceitos como pacotes de uma mesma encomenda. Ao mesmo tempo em que a modernidade se legitima, essa legitimação utiliza elementos da tradição, dialeticamente. Wolton (2007) aponta que a tradição se transforma de acordo com as novas demandas societárias, e não pode ser compreendida como algo arcaico, mas como reapropriação. Hobsbawn e Ranger (2015) conceituam tradição como o conjunto de práticas, de essência simbólica ou ritual, que implicam em uma continuidade pretérita de certos valores e normas comportamentais.

Pôde-se observar, por meio das conceituações supracitadas, que tradição e modernidade são elementos que caracterizam a gestão territorial da Comunidade São Francisco, pois as práticas sociais objetivadas no território imbricam-se entre as fraturas de tempo do passado e as fraturas de tempo do presente, conforme foi apontado por Wolton (2007). Por conseguinte, observa-se que foram elucidadas duas características importantes relacionadas à gestão do território na comunidade: a variedade de cultivos, inculcada geracionalmente, que possui tanto caráter de resiliência pedológica, como traços culturais de uma alimentação culturalmente construída; e a contradição entre modernidade e tradição, que implica um movimento singular de organização territorial.

Além dos elementos citados, há outras questões igualmente importantes que caracterizam a gestão territorial da Comunidade São Francisco, com destaque para o processo de adaptação acionado via sazonalidade. Os camponeses produzem sistemas de engenharia, no processo de adaptação, para enfrentar os entraves produzidos pela cheia dos rios. Como as cheias estão cada vez mais intensas, algumas espécies têm diminuído consideravelmente, devido ao apodrecimento de raízes provocado pela saturação dos solos, e pelo excesso de umidade, que garante um ambiente propício para proliferação de pragas. As espécies que desapareceram, principalmente devido aos fatores listados anteriormente, estão descritas no Quadro 3.

Quadro 3: Espécies em menor número apontadas pelos camponeses

NOME POPULAR	NOME CIENTÍFICO
Arroz	<i>Oryza sativa</i>
Ervilha	<i>Pisum sativum</i>
Alho	<i>Allium sativum</i>
Cana-de-açúcar roxa	<i>Saccharum officinarum</i>

Acerola	<i>Malpighia emarginata</i>
Abieiro	<i>Pouteria caimito</i>
Limão cidra	<i>Citrus × limon</i>
Bucha (cipó)	<i>Luffa aegyptiaca</i>
Ingá-cipó	<i>Inga edulis</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2017
Org.: Autores, 2017

Dentre as espécies que eram utilizadas em abundância e que atualmente não são mais cultivadas, destacam-se o arroz (*Oryza sativa*), a ervilha (*Pisum sativum*) e o alho (*Allium sativum*). Os camponeses afirmaram que a ausência de plantio desses produtos justifica-se pela facilidade na viabilização de compra em mercados locais, em preços acessíveis. Porém, os demais cultivos, como cana-de-açúcar roxa (*Saccharum officinarum*), acerola (*Malpighia emarginata*), abieiro (*Pouteria caimito*), limão cidra (*Citrus × limon*), bucha-cipó (*Luffa aegyptiaca*), e ingá-cipó (*Inga edulis*), estão em menor número devido aos impactos provocados pelas cheias dos rios.

Algumas árvores desenvolvem mecanismos e processos de adaptação bioquímicas, anatômicas, morfológicas e fisiológicas, que permite a sobrevivência nos períodos de inundação, por meio da fermentação alcoólica (ASSAHIRA et al, 2017). Apesar da adaptação e resistência de um grande número de espécies às cheias dos rios, há espécies que não resistiram ao regime das águas na Comunidade São Francisco, e estão em menor número. Entretanto, os camponeses vêm, ao longo do tempo, construindo estratégias de conservação para manter as espécies existentes, e recuperar as espécies que sofreram diminuição. Durante a apresentação da Matriz dos Cultivos, foram apontados 03 pontos importantes que caracterizam a gestão territorial da Comunidade São Francisco (Figura 2).

Figura 2: Organograma das características da gestão das terras de trabalho na Comunidade São Francisco



Fonte: Pesquisa de campo, 2017
Org.: Autores, 2017

A gestão de um território não está ligada, estritamente, ao Estado⁵, mas à todas as formas de organização social existentes e atuantes. Os elementos apontados na Comunidade São Francisco como característicos de uma gestão territorial estão transversalizados pela cultura. A variedade de espécies e as respectivas técnicas utilizadas no trabalho, a manutenção da tradição e sua relação com a modernidade, e a adaptação humana decorrente da sazonalidade, são exemplos profícuos dessa assertiva. A materialização da gestão territorial pode ser observada no manejo das terras, florestas e águas, expressa na categoria cunhada neste artigo: a governança isomórfica⁶.

A pesca, extrativismo animal, alinhada à agricultura, configura-se como uma das fontes de renda mais importantes da comunidade, além de ser a atividade que garante a alimentação das famílias camponesas. Cultural e historicamente, o peixe tornou-se a principal fonte de proteínas da Comunidade São Francisco. Esse fato justifica-se pela construção cultural da comida, evidenciada anteriormente, pela abundância de peixes, e pelas extensas áreas disponíveis para a realização da pesca. Assim como na agricultura, há uma variedade de espécies existentes de peixes (Quadro 4).

⁵ O conceito de Estado utilizado neste artigo centra-se em Foucault (2000), que o conceitua como sendo um organismo que dá forma, legitimidade e sistematicidade as esferas dos macropoderes existentes.

⁶ A constituição e expressão desta categoria será detalhada e aprofundada em itens posteriores, onde haverá a apresentação empírica e teórica da governança isomórfica.

Quadro 4: Espécies de peixes apontadas como abundantes

PEIXES	
ESPÉCIES ABUNDANTES	
Pacu	<i>Piaractus mesopotamicus</i>
Sardinha	<i>Sardinella brasiliensis</i>
Curimatã	<i>Prochilodus scrofa</i>
Aruanã	<i>Osteoglossidae</i>
Tucunaré	<i>Cichla ocellaris</i>
Surubim	<i>Pseudoplatyatomia coruscans</i>
Pescada	<i>Cynoscion sp</i>
Jaraqui	<i>Semaprochilodus insignis</i>
Aracú	<i>Leporinus friderici</i>
Branquinha	<i>Potamorhina altamazonica</i>
Mapará	<i>Auchenipterus Nuchalis</i>
Mandi	<i>Pimelodus maculatus</i>
Cascudo	<i>Hypostomus affinis</i>
Traíra	<i>Hoplias spp</i>
Piramutaba	<i>Branchyplatystoma vaillant</i>
Piranha	<i>Serrasalmus nattereri</i>
Cuiú	<i>Oxydoras spp</i>
Cubiu	<i>Anodus elongatus</i>
Orana	<i>Anodus spp</i>
Gata	<i>Dalatias licha</i>
Pirarara	<i>Phractocephalus hemiliopterus</i>
Camarão	<i>Macrobrachium amazonicum</i>
Bodó	<i>Pterygoplichthys pardalis</i>
Peixe-cachorro	<i>Acestrorhynchus spp</i>
Cabeça-lisa	<i>Potamorhina spp</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2017
Org.: Autores, 2017

As principais espécies de peixes utilizadas na alimentação dos camponeses são o bodó (*Pterygoplichthys pardalis*), o surubim (*Pseudoplatyatomia coruscans*), a sardinha (*Sardinella brasiliensis*), o pacu (*Piaractus mesopotamicus*), o tucunaré (*Cichla ocellaris*), e o jaraqui (*Semaprochilodus insignis*). A existência de uma vasta culinária regional, passada geracionalmente, permanece até a atualidade, e está relacionada à diversidade de peixes da região. Radcliffe-Brown (2013) e Malinowski (2009) afirmam que a culinária é o produto da interação humana com o ecossistema, integrada e relacionada com um sistema simbólico.

A culinária, conhecida como a arte de fazer, envolve elementos da sociabilidade, da ritualização do comer, e um conjunto de arquétipos carregados de significado. O gosto, construído culturalmente, apresenta-se como um produto das relações sociais em certa

fratura de tempo (CASTRO et al, 2016). Por isso, na Comunidade São Francisco, há uma ampla culinária, pois a sociabilidade e os arquétipos simbólicos foram transmitidos e reapropriados de geração em geração, garantindo uma diversificação na arte de preparar o peixe para a alimentação.

Na época da piracema⁷, há a ampliação dos laços comunitários, pois os pescadores se reúnem para trabalhar, para se divertir e para se (re) produzirem-se, corroborando o que Arendt (1995) chama de labor. O labor assegura tanto a reprodução dos indivíduos como das espécies, é um processo cíclico, encerrado apenas com a morte (ARENDRT, 1995). Nesse sentido, na Comunidade São Francisco pode-se observar a expressão do labor no desenvolvimento das atividades da agricultura e da pesca. A época da piracema é um exemplo de materialização da gestão do território via comunhão⁸, pois há fortalecimento comunitário por meio do labor. Essa é a primeira característica da gestão territorial com relação às águas de trabalho. A segunda característica da gestão, com relação ao elemento supracitado, é a relação subjetiva estabelecida com o rio.

O cuidado com a delimitação das áreas específicas destinadas à pesca, a criação de acordos não-formais para a regulação do extrativismo animal, são aspectos característicos da gestão do território da Comunidade São Francisco. Há uma regulação interna quanto ao uso dos lagos para extração, o que evidencia uma considerável efetividade da participação social e uma gestão territorial centrada não somente no Estado. Processa-se, nesse sentido, uma legítima genealogia do poder, que pressupõe uma infinidade de micropoderes, oposto ao *apriorismo* estatal tão difundido na ciência, que invisibiliza a essência da gestão territorial e da governança ambiental nas diversas unidades territoriais.

A terceira característica da gestão em relação às águas de trabalho, observada no processo de artesanato intelectual deste artigo, refere-se à produção de conjecturas, com base no etnoconhecimento. Os camponeses, fundamentados no saber ambiental que possuem, conjecturam e constroem prognósticos objetivando a perpetuação dos variados tipos de peixes, utilizando técnicas específicas de conservação ambiental. Essas técnicas foram criadas para aumentar o número de peixes e de espécies na comunidade, pois há tipos específicos que foram, significativamente, reduzidos nos últimos 10 anos (Quadro 5).

⁷ A palavra piracema refere-se ao período de reprodução dos peixes. Materializa-se em uma fratura de tempo importante no que se refere à consolidação da comunhão entre os camponeses.

⁸ A comunhão é trabalhada neste artigo como a sintonia e a congruência de comportamentos, cosmologias e sentimentos.

Quadro 5: Espécies de peixes apontadas em menor número

PEIXES	
ESPÉCIES EM MENOR NÚMERO	
Tambaqui	<i>Colossoma macropomum</i>
Piraíba	<i>Brachyplatystoma filamentosum</i>
Pacamão	<i>Batrachoides surinamensis</i>
Jundiá	<i>Leiarius marmoratus</i>
Matrinxã	<i>Brycon cephalus</i>
Pirarucu	<i>Arapaima gigas</i>
Caparari	<i>Pseudoplatystoma tigrinum</i>
Pirapitinga	<i>Piaractus brachypomus</i>
Braço-de-moça	<i>Hemisorubim platyrhynchos</i>
Tamoatá	<i>Hoplosternum littorale</i>
Acará	<i>Pterophyllum</i>
Bico-de-pato	<i>Sorubim lima</i>
Dourado	<i>Salminus brasiliensis</i>
Jaú	<i>Zungaro zungaro</i>
Piau	<i>Leporinus obtusidens</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2017

Org.: Autores, 2017

As principais espécies que eram abundantemente utilizadas para o consumo familiar dos camponeses, atualmente em menor número, são a pirapitinga (*Piaractus brachypomus*), o dourado (*Salminus brasiliensis*), a matrinxã (*Brycon cephalus*), e o tambaqui (*Colossoma macropomum*). O pirarucu (*Arapaima gigas*), o tambaqui (*Colossoma macropomum*), e a matrinxã (*Brycon cephalus*) foram as espécies mais impactadas pelo excesso de extração e comercialização.

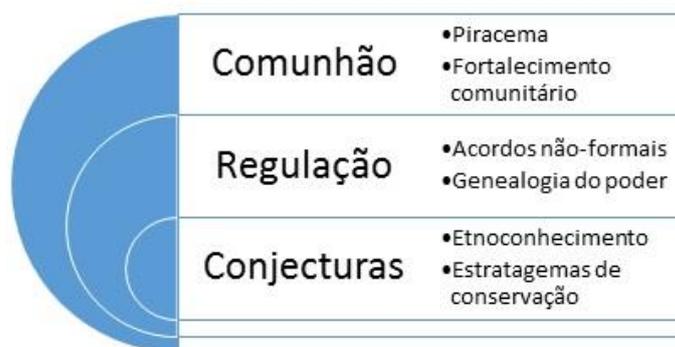
Além desses fatores, o regime das águas também influenciou consideravelmente na diminuição de algumas espécies de peixes, pois as secas, cada vez mais extremas, têm afetado a produtividade dos ecossistemas aquáticos. O desmatamento também influenciou e influencia o processo de produtividade ou de degradação desses ecossistemas, pois a conservação das áreas de florestas está intimamente ligada à produção dos peixes nas várzeas amazônicas, devido ao avanço das políticas neoliberais. Nesse sentido, além das classificações anteriores, espécies abundantes e espécies em menor número, há a classificação das espécies que estão em menor número na Comunidade São Francisco.

Durante a construção da matriz, os camponeses apontaram quatro espécies de peixes que estão em menor número. O peixe-boi (*Sirenia*), era considerado um ícone na comunidade, as crianças, os jovens e os adultos contemplavam os movimentos dessa espécie.

Sua diminuição deu-se, principalmente, pela intensificação de extensas embarcações, comandadas por pessoas externas à comunidade, nas proximidades dos barrancos da várzea. Isso levou à morte de muitos peixes dessa espécie nas áreas contíguas à Comunidade São Francisco. O piató, a jatuarana e o jejú também são espécies que diminuíram acentuadamente ao longo do tempo.

Observa-se que os camponeses construíram e constroem, ao longo do tempo, estratégias de gestão territorial para lidar com os entraves, decorrentes da ação de forças externas à comunidade, por meio do fortalecimento comunitário e dos acordos não-formais de regulação das áreas destinadas à pesca. Por esse ângulo, nota-se o realce de três características voltadas à gestão das águas de trabalho (Figura 3). A imbricação dos marcos fundamentais descritos na Figura 2 destaca uma gestão territorial comunitária, pautada na comunhão e no envolvimento coletivo para a resolução de situações conflitivas.

Figura 3: Organograma das características da gestão das águas de trabalho



Fonte: Pesquisa de campo, 2016
Org.: Autores, 2016

A configuração de uma genealogia do poder, a produção de conjecturas a partir do etnoconhecimento, e a comunhão são características marcantes da gestão das águas de trabalho na Comunidade São Francisco. Evidencia-se que o processo de articulação política dos sujeitos da pesquisa é substancialmente avançado, rompendo com as reflexões pretéritas sobre a temática da governança ambiental em comunidades rurais no Amazonas, que compreende que não há governança quando o Estado não apresenta-se como centralidade na rede de poder. Nesse sentido, este artigo busca tornar visível o protagonismo dos camponeses e dos micropoderes que constituem a genealogia do poder na Comunidade São Francisco.

Essa visibilidade não é oriunda de uma concepção estritamente teórica, mas de um conjunto de reflexões teóricas aliadas às várias ramificações empíricas. A empiria derivada da pesquisa é que levou à construção da tese de que a gestão territorial da Comunidade São Francisco caracteriza-se por inúmeras estratégias de conservação, por instrumentos internos que regulam os usos do território, pela comunhão advinda da topofilia, e, sobretudo, pelo labor relacionado ao trabalho nas terras e águas da várzea amazônica. As florestas completam a tríade (terras, florestas e águas), e têm significativa relação com outras características que compõe a gestão territorial da comunidade.

Os camponeses da Comunidade São Francisco utilizam as florestas para diversas atividades, que vão desde a retirada de madeira para a construção de pontes e hortas suspensas, até a retirada de mel de abelha. Existem espécies do extrativismo vegetal que existem em abundância, as que existem em menor número, e as raramente encontradas. O Quadro 6 explicita as espécies que foram identificadas pelos camponeses como abundantes na comunidade. Existe, obviamente, uma ampla variedade de espécies, porém, as identificadas são as que foram/são utilizadas pelos sujeitos da pesquisa.

Quadro 6: Espécies vegetais apontadas como abundantes

EXTRATIVISMO	
ESPÉCIES ABUNDANTES NA COMUNIDADE	
Carapanaúba	<i>Apidosperma Nitidum</i>
Mungubeira	<i>Mungubaea</i>
Castanha sapucaí	<i>Lecythis pisonis</i>
Açaí	<i>Enterpe oleracea</i>
Bacaba	<i>Oenocarpus bacaba</i>

Fonte: Pesquisa de campo, 2017
Org.: Autores, 2017

A carapanaúba (*Apidosperma Nitidum*) é utilizada na comunidade como planta medicinal, o óleo extraído é um instrumento de proteção contra a malária. Além disso, o chá da casca dessa árvore possui um princípio ativo que inibe inflamações de diversas naturezas. A mungubeira (*Mungubaea*) é utilizada para a produção de fibras resistentes, e a castanha sapucaí (*Lecythis pisonis*) é usada tanto para fins medicinais como para fins alimentícios. O açaí (*Enterpe oleracea*) e a bacaba (*Oenocarpus bacaba*) possuem um uso diferenciado das espécies anteriormente listadas, pois faz-se o uso da polpa da fruta para a alimentação das famílias camponesas.

O mel de abelha (*Apis mellifera*) é amplamente utilizado pelos camponeses para o tratamento de inflamações na garganta e no aparelho respiratório. A malva, por meio do chá, é empregada para o trato da prisão de ventre como de infecções. A partir desses pontos elencados, torna-se possível compreender a importância das florestas para a reprodução social dos camponeses. Além dos usos descritos anteriormente, há a utilização de diversas espécies florestais na construção de pontes, marombas, casas e hortas suspensas. Porém, apesar da abundância de algumas árvores, algumas espécies entraram em menor número ao longo do tempo.

Dentre as espécies apontadas como diminutas pelos camponeses estão a Lágrimas de Nossa Senhora (*Coix lacryma-jobi*) e a juta (*Corchorus capsularis*). A primeira espécie citada tinha suas sementes utilizadas para a confecção de diversos artesanatos, e suas folhas transformadas em chá para usos medicinais. O artesanato gera uma outra fonte de renda para as famílias ribeirinhas, complementar às demais atividades econômicas. A segunda espécie era aplicada na produção de cestas e sacolas, a partir da extração das fibras têxteis. A diminuição dessas espécies foi salientada pelos camponeses como resultado do intenso processo de extração e pela ausência de ações que visavam o replantio. Nota-se, assim, a presença de três características marcantes em relação à gestão das florestas de trabalho (Figura 4).

Figura 4: Organograma das características da gestão das florestas de trabalho



Fonte: Pesquisa de campo, 2016
Org.: Autores, 2016

Assim como foi observado na gestão das águas de trabalho, as florestas também se caracterizam pela regulação interna alicerçada em acordos não-formais, que atuam no

controle do desmatamento. Os camponeses apontaram que a extração da madeira é “fiscalizada” pelas famílias camponesas, é permitida a retirada para a construção de pontes, de casas, de assoalhos, de canoas, e etc, ou seja, o uso é permitido, porém para fins imprescindíveis. É proibida a extração da madeira para a comercialização, essa supervisão é regulada pelos acordos não-formais, instituídos na comunidade.

Verificou-se que a Comunidade São Francisco caracteriza-se, com relação à gestão das florestas, pelo controle territorial participativo, onde os camponeses participam, efetivamente, dos processos regulatórios dos múltiplos usos do território. Paulino (2000) afirma que, atualmente, há uma acentuação da necessidade de controle do território, contrário ao controle exercido pelo Estado, que tem mantido o *status quo* em detrimento de transformações sociais pautadas na igualdade e nos preceitos da justiça social.

Desta forma, a segunda característica da gestão das florestas é expressão da cosmologia dos camponeses em relação às plantas medicinais. As famílias camponesas possuem um conhecimento aprofundado da farmacologia local, que vai desde a extração do óleo até a produção de chás para a cura de doenças, evidenciando a importância das florestas para a saúde. Nesse sentido, há representações simbólicas que foram estruturadas no cotidiano e que refletem o universo mental e simbólico do coletivo individualizando-se no uso das plantas medicinais. Apesar da manutenção das formas de uso dessas plantas, houve uma significativa redução das práticas de cura a partir do uso medicinal de espécies vegetais devido às transformações sociais ocasionadas pela modernidade.

Entretanto, na Comunidade São Francisco as famílias camponesas continuam cultivando as plantas medicinais em sua unidade familiar, e fazendo o uso delas, porém, há formas de utilização das espécies que vêm sendo deslembada pelos camponeses. Porém, todas as famílias que foram entrevistadas possuíam hortas suspensas com cultivos de plantas de uso medicinal. O que leva a inferir que, mesmo apesar da ausência de perpetuação de algumas formas de uso das plantas para fins medicinais, ainda há um significativo simbolismo acerca dessas espécies, materializadas nas hortas suspensas, observadas em todas as unidades familiares.

A terceira característica da gestão das florestas é a reprodução simbólica baseada no plantio e na conservação das plantas medicinais. Os camponeses armazenam os óleos extraídos das florestas como precaução para o desenvolvimento de doenças. Além disso, há extrema preocupação na conservação de sementes de algumas espécies, nesse sentido, os camponeses reproduzem-se simbolicamente conservando as plantas medicinais, os óleos

extraídos das árvores, e as florestas em estado de conservação considerado adequado. Portanto, o simbolismo relacionado à proteção das florestas efetiva o controle e o exercício do poder, materializado via gestão, na Comunidade São Francisco.

Nessa perspectiva, a partir da evidenciação das características da gestão territorial nas terras, florestas e águas de trabalho, pôde-se observar a imbricação entre a tríade da pesquisa e as respectivas relações de poder que derivam dessa imbricação. Configura-se, dessa maneira, os pressupostos da genealogia do poder e a expressão do isomorfismo nas interações produzidas a partir do trabalho nas terras, nas florestas, e nas águas. Nesse sentido, o tópico seguinte desvelará a organização sistêmica da genealogia do poder a partir do isomorfismo. Neste artigo, o isomorfismo é compreendido como a correlação triunívoca entre os elementos que compõe um conjunto auto-eco-organizado.

Pressupostos da genealogia e a expressão das relações de poder na Comunidade São Francisco

A genealogia do poder, segundo Foucault (1999) é a representação das relações de poder existentes expressa por um conjunto de relações objetivadas por meio das práticas sociais. Para o autor o poder não se restringe, unicamente, ao Estado, mas abrange a sociedade, em suas múltiplas facetas. Construir uma genealogia do poder significa evidenciar os micropoderes organizados sistemicamente, observar suas interações e destacar suas inflexões. As relações de poder, intrínsecas à natureza humana, podem ser representadas e aprofundadas, a partir da observação empírica e do discurso dos sujeitos da pesquisa.

A gestão do território, a partir do trabalho nas terras, florestas e águas da Comunidade São Francisco, objetiva-se via materialização do poder. Esse poder legitima-se por meio de acordos não formais, de instrumentos regulatórios, e pela coerção simbólica. Esses aspectos da gestão, característicos da área de estudo, revelam que o poder não pode ser entendido somente pelo ângulo do Estado, pois sua materialização é assimétrica e pressupõe uma série de ramificações políticas que precisam ser elucidadas. Nesse sentido, este artigo reconstrói as características tradicionalmente atribuídas ao poder e reconstitui a análise dos efeitos das relações de poder, e de sua natureza, a partir da análise territorial.

Os resultados da pesquisa, organizados nas representações gráficas anteriormente inseridas, revelam a necessidade de tornar visível formas específicas de gestão territorial que

extrapolam a corroboração apriorística do Estado como principal vetor na rede de articulação política. Desta forma, a genealogia do poder não destacará, *a priori*, o Estado, mas apresentará todos os elementos que caracterizam a gestão do território, e evidenciará os seus desdobramentos sociais (Figura 5). Pode-se observar a organização sistêmica dos aspectos cônjuges que elucidam a gestão das terras, florestas e águas de trabalho na Comunidade São Francisco.

Figura 5: Organograma-síntese da genealogia do poder



Fonte: Pesquisa de campo, 2016
Org.: Autores, 2016

A Figura 5 expressa a genealogia do poder na gestão territorial da Comunidade São Francisco, pode-se observar que na representação gráfica não há uma centralidade, nem hierarquias, mas interações entre todos os elos, que, conscientemente, foram representados e organizados em fluxos interativos, por isso a ausência de setas indicativas. Um dos elos destacados corresponde à regulação da gestão territorial a partir de acordos não-formais, que garante tanto a conservação dos ecossistemas aquáticos como a manutenção das florestas.

Realça-se que a organização sociopolítica da comunidade, no que se refere à conservação das florestas e das águas não relaciona-se diretamente com o Estado, mas em micropoderes existentes que exercem uma forma de coerção simbólica com as pessoas que se distanciam dos acordos pré-existentes. O respeito às normas, vivenciado pela maioria das

famílias camponesas, relaciona-se com o outro elo destacado da genealogia do poder, a comunhão. É por meio desse elo que há a reprodução simbólica do poder e de sua genealogia, pois a comunhão estabelece a identificação comunitária e, contraditoriamente, a separação dos membros que não vivenciam as regras estabelecidas. A igreja emerge, nesse sentido, como principal organização que rege a comunhão na Comunidade São Francisco, pelas práticas que desenvolve coletivamente com os indivíduos participantes.

Outro elo, a imbricação entre tradição e modernidade, ressalta a contradição entre as práticas “tradicionais” e o contato com a “modernidade” na gestão do território. A proximidade com a cidade de Manaus não significa a extinção do tradicional, muito pelo contrário, os camponeses apropriam-se dessa imbricação para fortalecer, por exemplo, a pesca e a agricultura na comunidade, por meio da identificação de novos mercados e da facilidade no escoamento da produção, se comparada às outras comunidades rurais localizadas distantes dos centros urbanos. Nesse sentido, observa-se que a intersecção entre o tradicional e o moderno produz transformações que alteram os aspectos sociopolíticos na comunidade.

A criação de conjecturas, elo evidenciado, apresenta-se como um aspecto imprescindível existente na Comunidade São Francisco, pois, por meio do etnoconhecimento, os camponeses produzem conjecturas, pautadas no etnoconhecimento, e criam, conseqüentemente, estratégias de conservação das terras, florestas e águas de trabalho. Essas conjecturas relacionam-se com o primeiro elo da genealogia do poder, a regulação. Por intermédio da capacidade de conjecturar, aliada à criação de estratégias de conservação, que são criados os novos instrumentos regulatórios. A partir da interação entre esses elementos que pôde-se observar a intersecção entre os elos constituintes da genealogia do poder na comunidade.

Os estratégias de conservação, outro elo visto em várias práticas socioprodutivas, está intimamente ligado ao sexto elo da genealogia, a criação de conjecturas. Martins (2017) afirma que a conservação da agrobiodiversidade na Amazônia vem, há muito tempo, sendo desenvolvida pelos agricultores familiares, que, utilizando-se de estratégias conservacionistas, tem papel crucial na sustentabilidade na agricultura. Nas florestas e águas de trabalho esses aspectos não se diferenciam, pois os camponeses, assim como na agricultura, conjecturam e constroem, recorrendo ao etnoconhecimento, estratégias de conservação ambiental.

Conclusões

Nota-se que a genealogia do poder se configura em um quadro simbólico de referência que extrapola a dimensão material e requer a compreensão subjetiva para o aprofundamento analítico. Somente à luz da congruência material e imaterial que as relações de poder são desveladas e concebidas, analiticamente. Os elos genealógicos se configuram e reconfiguram-se, dialeticamente, e expressam as relações e interações sociais presentes na comunidade. Os resultados da pesquisa levaram ao deslindamento da genealogia a partir da organização sistêmica das relações de poder que o caracterizam e lhe dão vida. Existem micropoderes que se evidenciam para além da estrutura do Estado, envolvem uma gama de organizações sociais.

Nesse sentido, compreender a gestão das terras, florestas e águas de trabalho destituídas das questões transversais que a permeiam, significa obscurecer o que está inteligível nas práticas sociais dos camponeses. Não se trata de neofilia, mas da necessidade premente de reconstrução analítica e conceitual da gestão territorial na Comunidade São Francisco. Somente por meio de um novo prisma teórico e analítico que a governança isomórfica poderá ser construída epistemologicamente, dando indícios de novas transformações paradigmáticas no âmbito das ciências ambientais.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hannah. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense. Universitária, 2007.
- ASSAHIRA, Cyro; PIEDADE, Maria Teresa Fernandez; TRUMBORE, Susan; WITTMANN, Florian; CINTRA, Bruno Barcante Ladvoat; BATISTA, Eliane Silva; RESENDE, Angélica Faria De; SCHONGART, Jochen. Tree mortality of a flood-adapted species in response of hydrographic changes caused by an Amazonian river dam. **Revista Forest Ecology and Management**, v. 396, 2017.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.
- CARVALHO, M. C. V. S.; LUZ, M T.; PRADO, S. D. **Comer, nutrir e alimentar na perspectiva das Ciências Sociais**, Mimeo, 2009.
- CASTRO, Helisa Canfield de; MACIEL, Maria Eunice; MACIEL, Rodrigo Araújo. Comida, cultura e identidade: conexões a partir do campo da gastronomia. **Revista Ágora**, Santa Cruz do Sul, v. 18, n. 07, p. 18-27, 2016.

Território e o modus operandi da governança nas terras, florestas e águas de trabalho na comunidade São Francisco, Careiro da Várzea (AM). Marília Gabriela Gondim Rezende, Therezinha de Jesus Pinto Fraxe, Antonio Carlos Witkoski.

- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**. Tradução de Raquel Ramalhe. Petrópolis: Vozes, 1999.
- HOBBSBAWN, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Uma teoria científica da cultura**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- MARTINS, Ayrton Luiz Urizzi. **Conservação da Agrobiodiversidade: saberes e estratégias da Agricultura Familiar na Amazônia**. 2016. 215 f. Tese (Doutorado em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017.
- PAULINO, Eliane Tomiasi Paulino. Geografia e controle social: saber estratégico para quem? **Revista Geografia**, Londrina, v. 9, n. 1, p. 61-66, 2000.
- RADCLIFFE-BROWN, Alfred. **Estrutura e Função na Sociedade Primitiva**. São Paulo: Editora Vozes, 2013.
- TUAN, Yi-Fu **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**, (Tradução de Livia de Oliveira) Londrina: Eduel, 2012.
- WOLTON, Dominique. **É preciso salvar a comunicação**. São Paulo: Paulus, 2007.

Submetido em: setembro de 2019.

Aceito em: fevereiro de 2020.